

Territorialidades do capital bancário nacional e as redes financeiras globais no séc. XXI

Territorialities of national banking capital and global finance networks in the 21st century

Ivan Jairo Junckes

Núcleo de Estudos Sociopolíticos do Sistema Financeiro – NESFI / UFSC

Resumo: Este artigo analisa o processo de redefinição das territorialidades do capital bancário durante a reestruturação financeira ocorrida nos anos noventa no Brasil e sua relativa estabilização no início da primeira década do Século XXI. Verifica-se que a nova configuração das forças dos agentes do capital bancário no Brasil é fruto da desnacionalização conservadora que envolveu um programa público bilionário de permissividade à insolvência bancária e socialização de seus prejuízos, de refinadas táticas mercantis de sobrevivência desenvolvidas por parcela da elite bancária em operação no país, da subordinada redução da atuação dos bancos públicos e do correspondente crescimento da participação de redes financeiras globais no mercado brasileiro.

Palavras-chave: território; capital bancário; bancos; elite financeira; poder.

ABSTRACT: This article analyzes the redefinition process of territorialities of banking capital throughout the restructuring process of the finance system in the 1990s in Brazil and its relative stabilization phase in the beginning of the first decade of the 21st Century. It demonstrates that the new configuration of forces developed by agents of banking capital in Brazil is the result of a conservative denationalization approach which has involved a billionaire permissive public program for bank insolvencies and the consequent socialization of their losses. It also reveals refined mercantile survival tactics developed by a considerable portion of the banking elite that is actively involved in the country and the subordinate reduction of public banks' performances coinciding with an increasing participation of global financial networks on the Brazilian market.

Key-words: territory; banking capital; banks; financial elite; power.

INTRODUÇÃO

As alterações ocorridas no sistema financeiro brasileiro evidenciam um intenso rearranjo de forças entre os estratos ca-

pitalistas que tencionaram a inserção subordinada do país ao recente ciclo de liberalização mercantil, ampliando especialmente aqueles segmentos subsumidos no capital financeiro transnacionalizado.

A crescente influência dos bancos no conjunto social instaura um novo regime de gestão, cujas normas e instrumentos se estabelecem sobre os conflitos sociais e sobre a ordem pública, reduzindo ou neutralizando as resistências históricas dos seus setores assalariados. Assim, os conglomerados financeiros passaram a coordenar territorialidades específicas que suplantaram os referenciais nacionais e consagraram a ordem fluida dos fluxos financeiros mundializados, gerando-se, assim, novos parâmetros para a pesquisa e análise geográfica de suas relações.

Os financistas têm assumido a centralidade global das relações de produção e subordinado governos e mercados à dinâmica da riqueza fictícia e à corrupção generalizada dos contratos sociais, tal qual detalhado nas pesquisas de Chesnais (1996 e 1998b). A análise da trajetória dessa fração de classe está detalhada na produção de Harvey (1990) sobre as funções do crédito e as transformações do seu papel no capitalismo contemporâneo, em que se destaca a instável centralidade dos financistas no sistema produtivo e político. A abordagem da organização de classe dos banqueiros no Brasil está presente nas pesquisas de Minella (1988, 1995, 1998 e 2005) que trata da intensa articulação político-ideológica das organizações de interesses dos financistas e suas ações para promover as bases do pensamento neoliberal e influenciar na composição e nas políticas das agências estatais.

Especialmente importante para compreender as discussões sobre a dinâmica do sistema financeiro são os conceitos de fluxos, espaços de fluxos e o seu complementar, os espaços de lugares baseados em Harvey (1993), Santos (1994 e 2001a) e Castells (1999). Utilizo a definição de fluxo como sendo “seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais

nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade” (CASTELLS, 1999, p.436). Os espaços de fluxos são descritos por Castells (1999) em três camadas articuladas entre os circuitos de impulsos eletrônicos, os centros ou nós das redes de comunicação e as redes pessoais e funcionais que organizam as elites dominantes conferindo-lhes capacidade de ação e realização de seus objetivos estratégicos. Conforme Santos (2001), os espaços de fluxos comprimem, reorganizam e tendencialmente absorvem o tempo real e os lugares vividos, como uma função dos deslocamentos instantâneos, ordenando e subordinando os demais espaços da vida na sociedade, exatamente o que pode ser observado no contexto do trabalho no sistema financeiro.

A metamorfose nas relações de poder suportadas pelos financistas é, então, analisada pelo conceito de territorialidade e suas escalas utilizadas para abranger a complexidade da apropriação desigual de recursos utilizados para alcançar determinados objetivos estratégicos em determinados limites espaço-temporais.

O conceito de territorialidade é assumido como correspondente ao espaço territorializado, ou seja, da apropriação, concreta ou simbólica, do espaço por um agente que lhe projeta um trabalho, na forma de energia e informação, marcado por relações de poder, conforme Sack: “territórios são formas socialmente construídas de relações espaciais e seus efeitos dependem das relações de controle e seus propósitos” (SACK, 1986, p. 216). A territorialidade foi considerada, assim, como a composição das relações mantidas em um meio e sujeitas a variações em diferentes escalas de tempo para diferentes agentes, tal qual definido por Raffestin (1993).

Através desses referenciais, identifico como os agentes da reestruturação do sistema financeiro, ocorrida nos anos noven-

ta no Brasil, desenvolveram novas territorialidades resultantes de cálculos intencionais usados para influenciar, afetar ou controlar o comportamento de grupos envolvidos na disputa de recursos.

OS PRINCÍPIOS DA REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA: ACUMULAÇÃO PRIVADA E PREJUÍZOS PÚBLICOS

A liberalização mundializada da esfera financeira nos anos oitenta e noventa provocou a superação da tradicional função dos bancos, como depositários de recursos e intermediários de empréstimos sindicalizados, e integrou, ou subordinou, grande parte dos mercados relativamente fechados às dinâmicas da financeirização mundial. Somaram-se, ainda, outros fatores, como a concorrência de corretoras e fundos mútuos, expansão financeira de empresas produtivas e redes varejistas, novas tecnologias na gestão dos sistemas de pagamento e a generalização das inovações financeiras promovidas pelas instituições não-bancárias nos países centrais.

A dinâmica dessas transformações de expansão financeira foi consideravelmente diferente dos anos setenta, quando os bancos estrangeiros atuavam concentrados no apoio à expansão de grandes corporações multinacionais. A estratégia no final do século passou a ser a conquista de ampla fatia do mercado local, com a maior diversificação possível de produtos, que permitissem o ganho de escala global e o enfrentamento da concorrência nos países de origem¹. Essa nova estratégia exigiu a constituição de um suporte ideológico neoliberal e alianças com as parce-

las financistas locais para a liberalização ou remoção gradativa das restrições legais, referentes à movimentação de capitais, à atuação dos bancos estrangeiros, à promoção de transferências de controle, incorporações, cancelamentos e liquidações operadas no sistema pelos bancos centrais latino-americanos².

Tais transformações foram tão intensas e dinâmicas que muitos países periféricos ajustaram tardiamente seus mecanismos regulatórios e os seus bancos nacionais reagiram lentamente à nova dinâmica competitiva, provocando assim a fragilidade nos seus sistemas financeiros e propiciando espaços de especulação que rapidamente foram ocupados pelos bancos e outros intermediários financeiros, que se encontravam sob vários fatores de repulsão nos países centrais³. Embora tenham ocorrido resistências em diversos setores sociais, os fluxos de capital migraram para a América Latina amparados pelos mecanismos de hegemonia das grandes corporações financistas mundiais e pela ampla flexibilização das regras de trânsito de capitais estrangeiros ocorrida nos países da região nos anos noventa⁴.

O novo arcabouço regulatório, híbrido e volátil, foi implantado fundamentalmente por exigência dos programas de liberalização mercantil, desnacionalização financeira e estabilização monetária acordados com os organismos multilaterais de crédito internacional, essencialmente o Fundo Monetário Internacional – FMI, que rompeu com regras protecionistas que vigoravam há décadas e fragilizou mais ainda a economia latino-americana, conforme Chesnais (1998b, p.165).

A liberalização financeira na América

¹ Sobre as estratégias dos bancos europeus na América Latina e seus esforços para sobrevivência desses no mercado financeiro europeu ver Calderon e Casilda (2000) e De Paula (2003).

² Diversos textos e artigos assinados pelos presidentes da Febraban, Leo Wallace Cochrane Junior e Alcides Lopes Tápias, foram publicados entre 1988 e 1993 defendendo a desregulamentação do mercado financeiro.

³ Sobre os principais fatores de repulsão dos bancos nos mercados financeiros centrais ver Rocha (2002).

⁴ Sobre a participação do capital bancário europeu e norte-americano no sistema financeiro dos países da América Latina ver dados do Relatório Anual 2000 do FMI, *Annual Report of the Executive Board for the Financial Year 2000*.

Latina alcançou patamares diferenciados na Argentina, México e Brasil. Os governos e as elites financeiras desses países promoveram reformas bancárias que, embora diferenciadas, cumpriram os ditames do pensamento neoliberal e reduziram a forte presença do setor público no sistema financeiro e ampliaram a participação de bancos estrangeiros sob a justificativa de reforçar a capacidade do sistema financeiro para resistir a choques macroeconômicos.

O caso mais avançado de desnacionalização do sistema financeiro é o da Argentina, onde a dolarização e a integração com a economia internacional do início dos anos noventa proporcionaram às instituições financeiras estrangeiras as mesmas regras aplicadas às instituições nacionais, sem qualquer discriminação. No México, o acesso de investidores estrangeiros foi ampliado a partir de 1989 tendo como elemento central a abertura do mercado de títulos públicos e, após uma grave crise em 1994, a participação dos bancos estrangeiros no mercado bancário mexicano avançou de 15% para 80% até 1999. Em ambos os países observou-se neste período uma aguda deterioração das condições gerais de vida, aumento das desigualdades socioeconômicas e acelerada fragmentação das forças sociais de resistência às políticas implantadas, especialmente aquelas vinculadas à desregulamentação das condições do trabalho⁵.

No Brasil, a reforma no sistema financeiro ocorrida nos anos noventa, que superou a reforma bancária de 1964 e seu modelo norte-americano de segmentação por especialização das instituições, começou em 1985 com os entendimentos entre o governo brasileiro e o Banco Mundial

que tensionava diversos países para a adoção de critérios básicos de liberalização bancária. Essas tratativas, que objetivavam um programa de ajustamento e flexibilização das regras do sistema, não foram formalizadas, mas influenciaram as alterações ocorridas no sistema financeiro nos próximos dez anos conforme descrito em Vidotto (2002). Em 1988, as regras para os negócios bancários foram liberalizadas e foi instituído o “Banco Múltiplo” para regularizar a atuação conglomerada que a maioria das instituições financeiras já havia consolidado progressivamente com fusões e aquisições entre 1964 e 1987, preservando apenas a apresentação de contabilidades separadas⁶.

Com as novas regras, o número de bancos passou de 120, em 1987, para 243 em apenas seis anos, sustentado por pequenas distribuidoras, corretoras ou grandes grupos empresariais que se transformaram em bancos para aproveitar as oportunidades de fácil valorização e baixo risco presentes na rolagem dos títulos da dívida pública, nos ganhos inflacionários e na participação no mercado interbancário. Esse rápido crescimento ampliou a fragilidade acumulada no sistema pelo favorecimento dos grupos financeiros ligados aos governos militares e alimentou as pressões internas e externas favoráveis à abertura do mercado de capitais para investidores estrangeiros em função do excesso de liquidez internacional.

Amparadas pelas novas instituições e pela criação, em 1991, do Anexo IV⁷, elevadas somas de capital expatriadas nas décadas anteriores retornaram ao Brasil anonimamente travestidos de investimentos estrangeiros de porta-fólios⁸, sem a necessidade de constituição de sociedade ou fun-

⁵ Para dados e análises sobre o sistema financeiro na América Latina ver especialmente Freitas e Prates (1998), CEPAL/ECLAC (2000), ANDIMA (1999), CEPAL (1999), e World Bank (2003).

⁶ Em 31 de dezembro de 1964 estavam em funcionamento 366 instituições bancárias. Esse número foi reduzido para 120 em dezembro de 1987, conforme dados do Dieese (2000b) confirmados no Bacen.

⁷ Anexo IV à Resolução nº 1.289/87: instrumento disciplinar dos investimentos estrangeiros em títulos e valores mobiliários criado por Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN, nº 1.832/91.

⁸ Porta-fólio, ou *Portfolio* (ingl.), é uma carteira de títulos ou investimentos cuja finalidade é reduzir o risco por meio da diversificação nas aplicações (ações, obrigações, commodities, imóveis, *commercial papers* ou outros ativos).

do de investimento no país. Aproveitando a efemeridade das novas regras, esses “investidores estrangeiros” aproveitam a liquidez proporcionada por seus administradores locados em paraísos fiscais e usufruem as vantagens fiscais e a cegueira penal concedidas aos investimentos externos no Brasil.

Com todas essas facilidades, a abertura aos investimentos de porta-fólio estrangeiros avançou consideravelmente enquanto os bancos no Brasil ainda se beneficiavam de duas fontes cativas de receitas baseadas nos ganhos com o *floating*⁹ e nas operações com títulos da dívida pública. Entretanto, com a edição do Plano Real, em julho de 1994, a queda da inflação praticamente eliminou as receitas inflacionárias e as exigências internacionais para a abertura bancária. Inicialmente, a perda das receitas de *floating* fragilizou algumas instituições, contudo para a maioria dos bancos, tais perdas foram rapidamente compensadas pelo aumento da demanda agregada, pela remonetarização e pelo aumento nas operações de crédito, enquanto os ganhos com as operações com títulos da dívida pública elevaram-se exponencialmente acompanhando as altas taxas de juros que sustentaram a estabilidade monetária¹⁰.

Associados aos impactos da estabilidade monetária e às mudanças nas regras para o funcionamento do sistema bancário, especialmente a incorporação dos critérios do Acordo da Basileia¹¹, dezenas de instituições bancárias enfrentaram problemas de enquadramento e fizeram desabar o senso comum de que o sistema bancário

brasileiro era sólido, que estava preparado para a estabilização monetária e que os problemas estariam localizados prioritariamente no setor público¹². No segundo semestre de 1995, apresentaram-se insolventes o Banco Econômico, o Banco Nacional e logo em seguida o Banco Bamerindus¹³.

A crise deflagrada pelo Banco Econômico desfez o mito da solidez dos bancos brasileiros e forçou também duas medidas de impacto para conter a ameaça sistêmica. A primeira resultou de uma rápida mudança na prática da burguesia financeira no sentido do relaxamento do protecionismo e atração de investimentos diretos para o sistema financeiro nacional. Apenas nove dias após a intervenção no Banco Econômico, o governo publicou, em 24/08/1995, a Exposição de Motivos 311. Embora tenha sido uma reação contingente, passiva e subordinada, a EM 311 deflagrou a abertura do sistema bancário para participação direta do capital estrangeiro e tornou-se o marco de rompimento com o protecionismo que selava a simbiose entre os grupos financeiros locais e o poder político.

A segunda medida governamental foi a utilização dos cofres públicos para absorver os impactos da bandalheira bancária realizada nas décadas anteriores e, assim, sanear o sistema. Pressionado pelo eminente risco sistêmico e pelas instituições externas que exigiam a estabilização mínima do sistema para aportar no Brasil, o BACEN implantou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER.

⁹ Recursos oriundos de depósitos à vista ou em trânsito, tributos especialmente, captados a custo zero e aplicados à taxa do dia.

¹⁰ Para compreender melhor essa dinâmica consultar Cysne e Costa (1997), Dieese (2000b), Pio (2001), Rocha (2002), Vidotto (2002), e Carvalho et alii (2002).

¹¹ O Acordo da Basileia (*Basle agreement*) é um conjunto de regras para a supervisão bancária adotado pelos países do G-10 que desde de 1988 tornou-se referência global para a regulação bancária.

¹² Tais noções, vagas e imprecisas, foram sustentadas tanto por analistas estatais quanto por intelectuais de escolas liberalizantes conforme apontado em Rocha (2002).

¹³ Os três bancos ocupavam posições entre os dez maiores bancos em funcionamento e foram diretamente afetados pelos fatores citados acima e especialmente pelas extensas fraudes dissimuladas através das manobras contábeis durante vários anos.

Foram autorizadas linhas de crédito, incentivos fiscais e benefícios tributários e legais para as instituições que sinalizavam problemas patrimoniais ou de solvência, especialmente o Banco Nacional e o Banco Bamerindus que rapidamente se apresentaram na fila dos beneficiários e igualmente foram atendidos.

Em extensa investigação sobre os fatores da persistência da fragilidade do sistema financeiro no Brasil, mesmo após a injeção inicial de 31 bilhões de Reais¹⁴, o relatório final da CPI dos Bancos refere-se reiteradamente ao PROER como um programa de operações realizadas sob a égide do favorecimento, da incompetência, do autoritarismo arbitrário, da escassa transparência e de critérios duvidosos e incoerentes (Congresso Nacional, 2002, p. 228).

Apesar de todas as evidências¹⁵, o relatório da CPI resultou tão somente em algumas correções regulatórias e de fiscalização no BACEN, sugestões aos mais diversos órgãos e instituições bancárias, encaminhamento de documentos ao Ministério Público e outros órgãos judiciários, alguns projetos de lei e a proposição de dezenas de comissões.

Importante observar que, salvo exceções no caso dos bancos FonteCindam e Marka e em depoimentos específicos, os banqueiros são referidos apenas como “poderosos” sem que suas identidades sejam expostas, sem que quaisquer dos membros das diretorias desses bancos sejam eventualmente citados ou, ainda, que suas entidades de classe sejam listadas durante o relatório.

Observa-se que um dos documentos mais importantes sobre os bancos já elaborados no Brasil, concluído no Senado da

República, refere-se genericamente à maioria figurativa dos agentes da ordem financeira investigada, admitindo assim uma dinâmica econômica que gera milionários, mas se realiza na impessoalidade e é sustentada por entidades jurídicas abstratas.

Nem mesmo os mais cínicos ideólogos neoliberais poderiam imaginar que seus agentes políticos pudessem ser tão eficazes na constituição de um Estado supostamente tão fraco para regular as relações financeiras e deixar seus gestores tão à vontade. Ironicamente, demonstrou-se desta forma o compromisso do Brasil e a sua correspondente capacidade de gestão pública, para receber no país os bancos que ansiavam ingressar no mercado nacional para escoar o excedente de capital fictício acumulado nas praças euro-americanas.

Meses após o PROER, o governo instituiu também incentivos específicos para o saneamento e redução da presença do setor público estadual no meio bancário através do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - PROES. Os resultados do esforço realizado desde final de 1994 pelo BACEN foram bastante expressivos, pois dos vinte e oito bancos estaduais listados em 1990 restavam, em dezembro de 2005, apenas três sob controle dos governos estaduais - BANESTES, BANRISUL e BRB - e outros dois - BESC e BEP - estavam federalizados e preparados para a privatização.

Os bancos federais, exceto a Caixa Econômica Federal - CEF, também sofreram forte retração de sua participação no mercado financeiro. O Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste tiveram diversas

¹⁴ Valor correspondente a 4,03 % do PIB brasileiro do ano de 1996 conforme Barros e Almeida Júnior (1997).

¹⁵ Nas investigações sobre as denúncias referentes ao PROER, o relatório final da CPI dos Bancos apresenta diversas evidências de irregularidades agrupadas em tópicos tais quais “Escândalo na liquidação do Banco Nacional”, “A estranha compra do Econômico pelo Excel”, “As novas falcatruas do Excel”, “Indícios de Favorecimento ao Grupo HSBC” e tempestivamente aponta a aguda “Inépcia e Desarticulação no Setor de Fiscalização do BC”.

agências fechadas e significativa redução de pessoal. O Banco Meridional foi privatizado em 1997 e, entre 1993 e 1999, o Banco do Brasil teve sua participação nos ativos da área bancária reduzida de 22,93% para 15,75%, sua participação no patrimônio da área bancária despencou de 24,93% para apenas 9,73%, e ainda ocorreu uma redução de 30% na dotação de pessoal do banco nesses seis anos.

O total de recursos públicos envolvidos na reestruturação do setor bancário com o PROER, com o PROES e com ajustes de capitalização do Banco do Brasil atingiu aproximadamente 84 bilhões de Reais em dezembro de 1996, correspondendo a 10,83% do Produto Interno Bruto daquele ano, conforme dados de Barros e Almeida Júnior (1997), ou ainda, se assumido esse mesmo percentual do PIB para o ano de 2005 alcança-se a cifra de 236 bilhões de Reais¹⁶. Entretanto, conforme Vidotto (2002), todo esse montante ficou restrito à aplicação protetora das instituições insolventes e serviu de ponte para ingresso dos bancos estrangeiros no país, sem, contudo, alterar o mercado oligopolizado e o crédito limitado que caracterizam o sistema financeiro brasileiro há décadas.

O elevado volume de recursos públicos envolvidos para sanar temporariamente problemas típicos da valorização fictícia, favorecendo abertamente a riqueza financeirizada, resultou em uma nova fase de concentração e centralização do sistema financeiro brasileiro, revertendo a expansão ocorrida entre 1988 e 1994, e em novas regras exigidas para o ingresso do capital estrangeiro no setor bancário brasileiro, alterando decisivamente os territórios das instituições participantes no sistema no Brasil e as suas condições gerais

para o exercício da hegemonia financeira. O PROER e os demais programas de ajustes do sistema evidenciaram, como poucos outros programas estatais de intervenção econômica, o contraditório contido na ideologia neoliberal que apregoa a redução da regulação e dos gastos estatais sem especificar que tal princípio é reservado aos gastos considerados sociais, pois a prática implica a alocação de recursos públicos bilionários para proteger a farra dos ganhos de capital.

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA DESNACIONALIZAÇÃO CONSERVADORA DO CONTROLE DO CAPITAL BANCÁRIO

O resultado geral das ações articuladas entre governo e mercado financeiro mundial foi tanto a redução e a concentração de instituições bancárias quanto a intensa expansão dos bancos sob controle estrangeiro, através da participação no capital de instituições bancárias nacionais, aquisição de instituições liquidadas ou privatizadas, ampliação da rede dos bancos já estabelecidos no país e, ainda, através da aquisição ou instalação de instituições não-bancárias. Essa dinâmica é evidenciada facilmente pelas posições obtidas pelos bancos estrangeiros entre os 20 maiores conglomerados por ativos totais, os quais representavam 83,7 % de todo o sistema em dezembro de 2002, quando excluído o BNDES. Em 1995, apenas três bancos estrangeiros colocavam-se entre os vinte maiores conglomerados, e em 2002 essa participação subiu para nove posições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

¹⁶ Considerando-se valores de R\$ 2.147.944 milhões referentes ao PIB 2005 conforme IBGE, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais>.

Quadro 01: participação das instituições estrangeiras no ranking dos conglomerados bancários por ativos totais do SFN entre 1995 e 2002

Posição	1995 -	1996 -	1997 -	1998 -	1999 -	2000	2001	2002
1	CEF	CEF	CEF	BB	BB	BB	BB	BB
2	BB	BB	BB	CEF	CEF	CEF	CEF	CEF
3	BANESPA	BANESPA	BANESPA	BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO	BRADESCO
4	BRADESCO	BRADESCO	ITAU	ITAU	ITAU	ITAU	ITAU	ITAU
5	ITAU	ITAU	BRADESCO	UNIBANCO	UNIBANCO	UNIBANCO	SANTANDER	UNIBANCO
6	UNIBANCO	UNIBANCO	UNIBANCO	BANESPA	BANESPA	BANESPA	UNIBANCO	SANTANDER
7	BAMERINDUS	REAL	REAL	REAL	ABN AMRO	ABN AMRO	ABN AMRO	ABN AMRO
8	BANRISUL	BAMERINDUS	SAFRA	SAFRA	SAFRA	SAFRA	SAFRA	CITIBANK
9	REAL	SAFRA	BEMGE	BANRISUL	BANKBOSTON	BANKBOSTON	BANKBOSTON	NOSSA CAIXA
10	BCN	BANRISUL	HSBC	HSBC	SUDAMERIS	SANTANDER	CITIBANK	HSBC
11	APLICAP	BCN	BOZANO	SUDAMERIS	CITIBANK	HSBC	NOSSA CAIXA	BANKBOSTON
12	SAFRA	CREDIREAL	BANRISUL	SANTANDER	HSBC	NOSSA CAIXA	HSBC	SAFRA
13	CREDIREAL	BANKBOSTON	BBVA	MERIDIONAL	SANTANDER	CITIBANK	SUDAMERIS	VOTORANTIM
14	BANERJ	CCF Brasil	CCF Brasil	BANKBOSTON	BBA	SUDAMERIS	BBA	SUDAMERIS
15	ECONOMICO	SUDAMERIS	SUDAMERIS	ABN AMRO	BANDEIRANTES	BBA	VOTORANTIM	BBVA
16	BBA	CITIBANK	BANKBOSTON	BBA	BBVA	BANDEIRANTES	BBVA	BANRISUL
17	CCF BRASIL	BANESTADO	CITIBANK	CITIBANK	MERCANTIL FIN	BBVA	BNB	BNB
18	BANESTADO	BOAVISTA	MERIDIONAL	MERCANTIL FIN	MERIDIONAL	MERCANTIL FIN	BANRISUL	JP MORGAN
19	SUDAMERIS	BOZANO,S	BANESTADO	BBVA	BANRISUL	BNB	LLOYDS	LLOYDS
20	BANKBOSTON	MERCANTIL FIN	BBA	BANDEIRANTES	BANESTADO	MERIDIONAL	MERCANTIL SP	SANTOS

Legenda: BANCO PÚBLICO, BANCO PRIVADO, BANCO PRIVADO CONTROLE NACIONAL, BANCO PRIVADO CONTROLE ESTRANGEIRO.

Fonte: BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q 25; Relatórios Anuais 50 maiores por ativos totais, bases dez 2000, 2001, 2002.

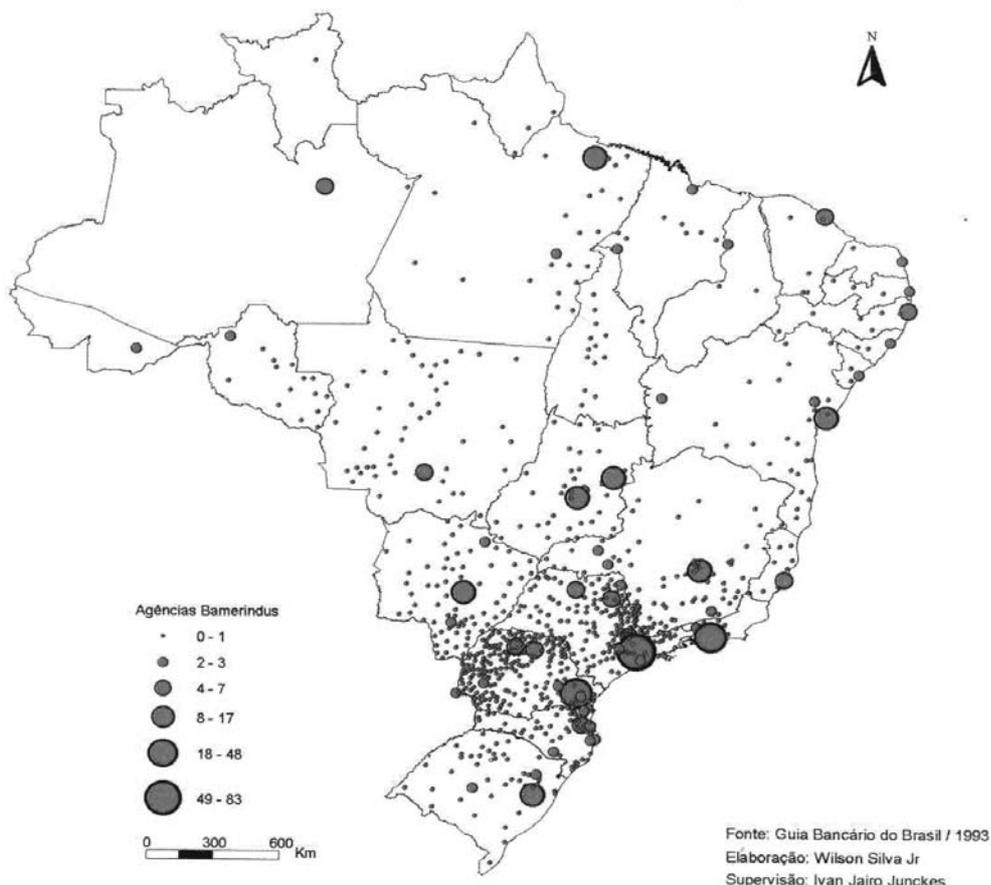
Elaboração: Ivan Jairo Juncckes.

O avanço dos bancos estrangeiros ocorreu em uma primeira fase quando os bancos já instalados no país ampliaram organicamente sua participação no mercado, e quando três grandes conglomerados financeiros nacionais, Bamerindus, Real e Econômico, tiveram seus controles adquiridos pelo HSBC, ABN e Bilbao Vizcaya, respectivamente. Os primeiros movimentos de aquisições reduziram a participação dos bancos privados nacionais no total de ativos do sistema de 39,0 % para 33,1 %, entre 1996 e 1999. Somou-se às aquisições dos conglomerados privados a preparação dos bancos públicos, especialmente os estaduais,

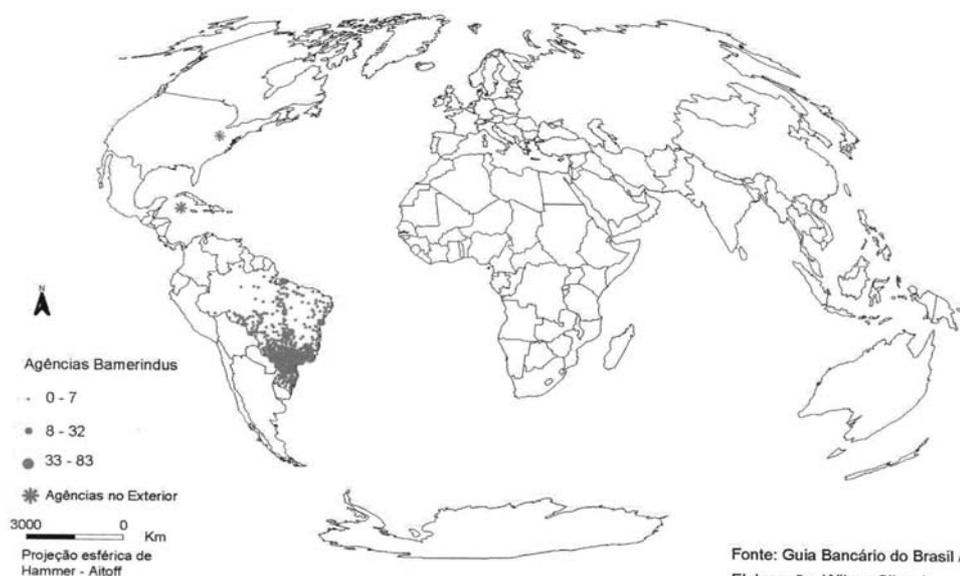
para a privatização e a redução de sua participação no sistema, exceto BB e CEF, de 21,9% em 1995 para apenas 5,8 % dos ativos totais em 2002, enquanto a participação dos bancos estrangeiros passou de 8,3% para 27,3 % nesse mesmo período.

A dimensão da mundialização do perfil do sistema pode ser representada nos mapas a seguir, pelo contraste entre a rede de agências do Banco Bamerindus em 1993 e a intensa reestruturação ocorrida após sua aquisição pelo Grupo HSBC em 1997:

MAPA 01: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BAMERINDUS NO BRASIL - 1993

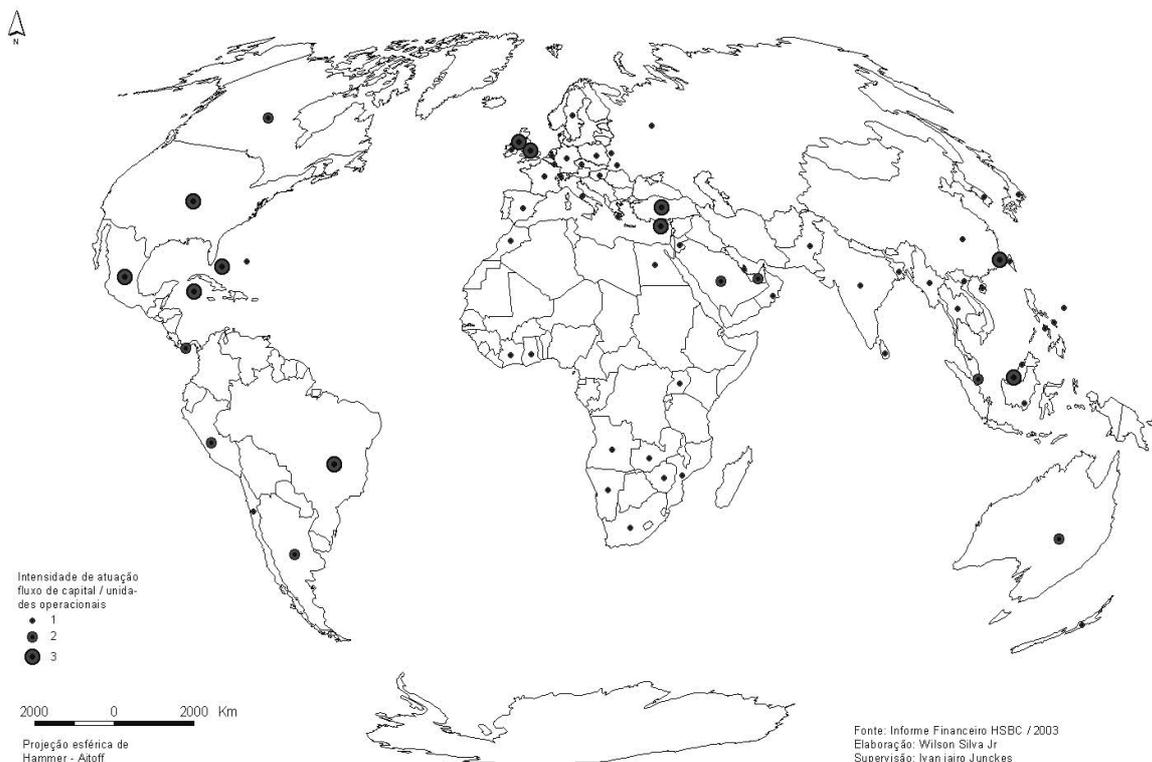


MAPA 02: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO Bamerindus NO MUNDO- 1993



Fonte: Guia Bancário do Brasil / 1993
Elaboração: Wilson Silva Jr
Supervisão: Ivan Jairo Junckes

MAPA 03: ESPACIALIDADE DO GRUPO HSBC - 2003



Fonte: Informe Financeiro HSBC / 2003
Elaboração: Wilson Silva Jr
Supervisão: Ivan Jairo Junckes

Os dados comparativos do quadro a seguir, entre a condição do Banco Bamerindus em 1993 e do Grupo HSBC

em 2003, auxiliam na compreensão das transformações que compuseram a transição entre as duas situações:

Quadro 02 - comparativo Banco Bamerindus 1993 e Grupo HSBC - 2003 – dados selecionados

	BAMERINDUS DEZ / 1993	HSBC DEZ / 2003
Número de funcionários	31.325 no Brasil.	20.700 no Brasil; 218.000 no mundo.
Número de agências	1.323 agências no Brasil; 03 agências no exterior.	925 agências no Brasil; 9.781 agências em 79 países.
Demais pontos de atendimento	1.127 PAB's no Brasil.	465 PAB's no Brasil; 4,3 milhões de pontos de atendimento eletrônico no mundo.
Ativos totais	R\$ 30.350 milhões (atualiz. IGP-DI FGV p/ dez 2002)	R\$ 24.753 mil / Brasil (dez/02) R\$ 2.100.814 mil / mundo*

Fonte: Relatórios da Administração Bamerindus 1993, Relatórios financeiros *HSBC Group* 2000 e 2003, e Relatórios do Banco Central do Brasil – BACEN.

* Valores obtidos em dólares americanos e convertidos para Real na cotação 1=3. Observe-se que os ativos totais do HSBC no mundo são 85 vezes superiores aos ativos totais do banco no Brasil.

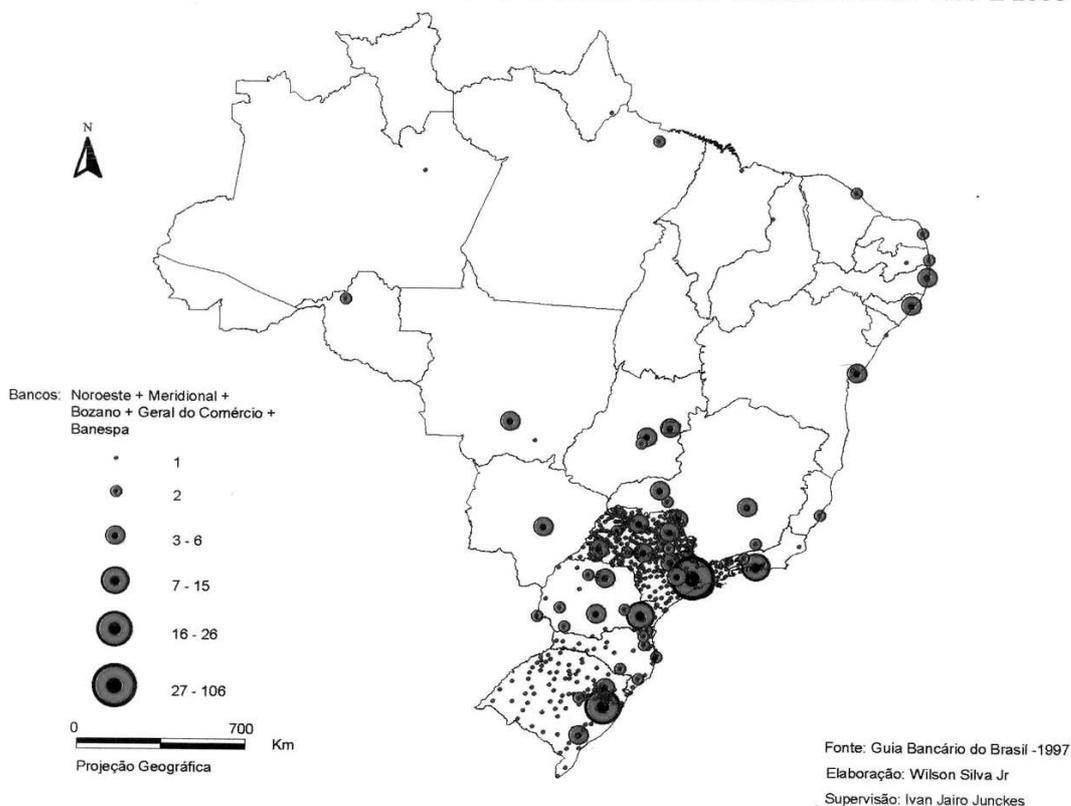
Elaboração: Ivan Jairo Junckes

O caso do banco estrangeiro de maior crescimento no mercado financeiro brasileiro nos anos noventa, por ativos totais entre os vinte maiores conglomerados, foi o Banco Santander Central Hispano – BSCH, também evidencia o dinamismo da mundialização financeira. Forçado pela concorrência interbancária no processo de unificação europeia, o BSCH, após uma série de aquisições e fusões no mercado europeu, expandiu-se especialmente para a América Latina¹⁷. No Brasil, o BSCH adquiriu inicialmente as 42 agências do Banco Geral do Comércio em 1997 e, no ano seguinte, adquiriu as 81 agências do Banco Noroeste. Após aportes de capital e expansão de sua capilaridade para 488 unidades, o Santander alcançou 600 mil cli-

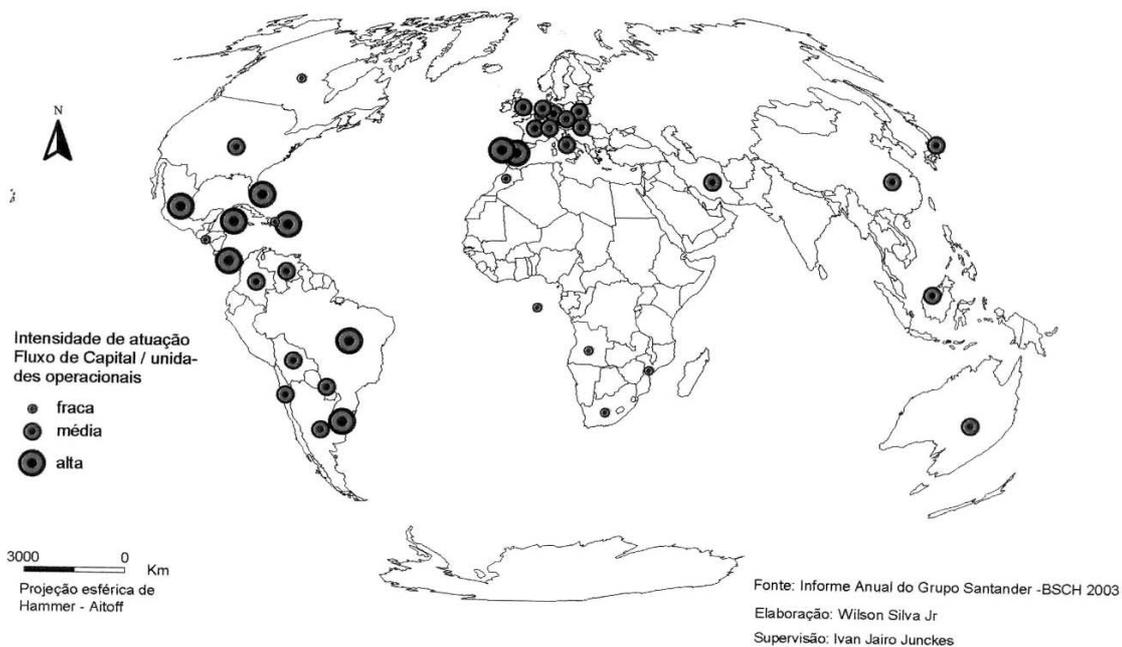
entes e tornou-se o décimo-segundo banco entre os vinte maiores conglomerados. Em maio de 2000, o BSCH adquiriu as 274 agências do grupo financeiro Meridional-Bozano Simonsen e, em novembro do mesmo ano, pagou R\$ 7,05 bilhões pelo Banco do Estado de São Paulo – Banespa, suas 590 agências no país e seus 22 mil funcionários que em poucas horas se tornaram empregados de um dos maiores conglomerados financeiros do mundo. Dessa forma, em apenas três anos, o Santander tornou-se o quinto banco no ranking por ativos totais em operação no país e contribuiu para a integração do mercado brasileiro no mundo financeiro, conforme demonstram os mapas a seguir:

¹⁷ Sobre a trajetória recente dos bancos espanhóis, ver Calderón e Casilda (2000).

MAPA 04: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS ADQUIRIDAS PELO BANCO SANTANDER NO BRASIL ENTRE 1997 E 2000



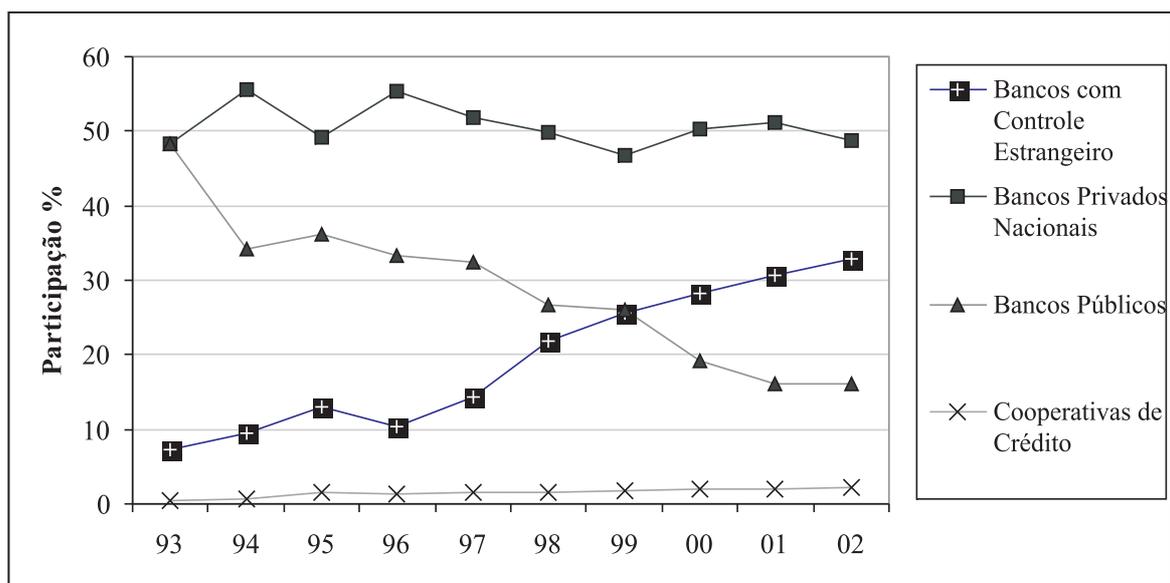
MAPA 05: ESPACIALIDADE DO BANCO SANTANDER - 2003



Tal qual ocorrido na participação nos ativos totais, também a participação no patrimônio líquido da área bancária revela o acentuado crescimento dos estrangeiros, de 7,2 % em 1993 para 32,9 % em

2002, e ainda o abrupto declínio dos bancos públicos, incluindo BB e CEF, de 43,9 % para 16,2 % em 2002. Ambos os movimentos de participação na área bancária podem ser observados no gráfico a seguir:

Gráfico 01: Participação dos bancos por origem de capital no patrimônio da área bancária ente 1993 e 2002



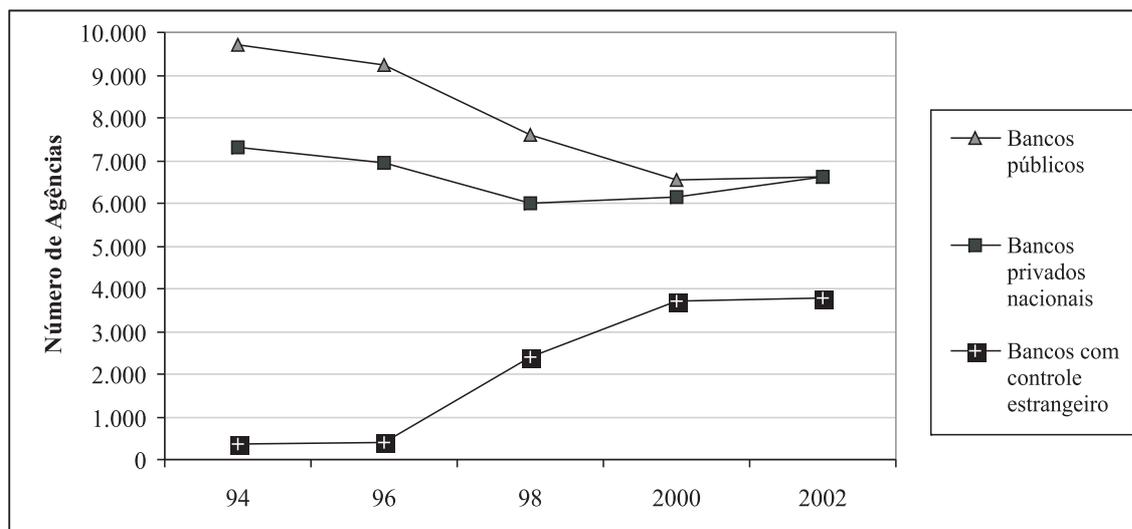
Fonte: Bacen: Relatório Semestral do Mês de Junho de 1999 - Q 15; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 12

Elaboração: Ivan Jairo Junckes

A expansão dos bancos estrangeiros se reflete diretamente no aumento da sua participação nas operações de crédito, especialmente na rede de agências da área bancária, e conseqüentemente no número de trabalhadores envolvidos por esse segmento. Enquanto os bancos públicos, exceto o Banco do Brasil, apresentaram queda de 41,2 % para 12,3 % na participação das operações de crédito realizadas na área bancária entre 1997 e 2002, os bancos estrangeiros aumentaram sua participação de 11,7% para 29,9 % no mesmo período. A participação dos bancos estrangeiros na composição da rede de agências em funcionamento entre 1994 e 2002 no Brasil aumentou mais de dez vezes, passando de 378

para 3.785, enquanto o total de agências do sistema manteve-se em torno de 17.000, representando uma alteração na participação relativa de 2,1% para 22,2%, como demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 02: participação dos bancos na rede de agências bancárias do SFN por origem de capital entre 1994 e 2002



Fonte: BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1998 - Q 16; Relatório Anual de Dez. de 2000 - Q 12; Relatório Anual de Dez. de 2002 - Q 7

Elaboração: Ivan Jairo Junckes

A expectativa predominante com a chegada dos estrangeiros era, mesmo entre autores críticos da reestruturação, que aumentasse a concorrência interbancária e melhorassem as condições de crédito doméstico, especialmente desconcentrando suas condições de acesso, conforme aponta Carvalho et alii (2002). Entretanto, executando-se o relativo fortalecimento do setor bancário promovido pelos bancos estrangeiros através das aquisições e capitalização dos bancos nacionais com problemas de liquidez, as expectativas iniciais foram amplamente frustradas.

Diversos autores e institutos, tal qual Freitas (1999), IMF (2000), Carvalho F. (2001), Carvalho et alii (2002), Rocha (2002), Vidotto (2002), De Paula (2003), dentre outros, apresentam consenso de que a recente experiência brasileira, tal qual ocorrido em diversos países periféricos, desconstituiu teses mundialmente difundidas que afirmam que as instituições estrangeiras são as mais eficientes, que estariam mais adaptadas à concorrência interbancária, que teriam métodos mais avançados de análise de riscos, que têm

desenvolvido mecanismos regulatórios mais avançados e detêm melhor gerenciamento geral para desenvolvimento de tecnologia e produtos bancários voltados à universalização financeira.

Os diversos estudos investigaram os riscos, custos, competitividade sistêmica, alocação eficiente de recursos para estímulo ao crescimento econômico e melhorias nos mecanismos de supervisão bancária para afirmar que os bancos estrangeiros pouco ou nada alteraram nesses indicadores, fundamentalmente porque as instituições estrangeiras desenvolveram estratégias adaptativas à dinâmica financeira vigente no país, principalmente os ganhos fáceis com o endividamento público, com diferenciações marginais de baixo impacto.

AS TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA DA ELITE BANCÁRIA NACIONAL NA NOVA TERRITORIALIDADE DO MERCADO FINANCEIRO GLOBAL

No início da década de noventa, os diretores da FENABAN/FEBRABAN rei-

vindicavam a desregulamentação econômica, conforme sintetizado em discurso de Leo Wallace Cochrane Junior, então presidente da instituição:

Os bancos de uma forma geral precisam de liberdade de atuação para sobreviver e ampliar os serviços oferecidos à sociedade e às empresas. Para isso, é vital um ambiente de menos intervenção e regulamentação e de maior estabilidade nos preços e nas regras estabelecidas.¹⁸

Após a efetivação da abertura ao capital externo e o ingresso do HSBC e do Santander em 1997, a FENABAN/FEBRABAN altera o discurso, reclama uma regulamentação limitadora do ingresso dos estrangeiros e passa a denunciar os riscos decorrentes do avanço da desnacionalização, especialmente através de seu presidente, o também vice-presidente da *Holding Itaú* na época, Roberto Egydio Setúbal. Com ares de defesa do nacionalismo ameaçado, Setúbal alardeou que, com o ingresso dos estrangeiros, a moeda nacional, o real, sofreria ameaça de um ataque especulativo, que o poder do BACEN quedaria enfraquecido, que haveria maiores dificuldades de controlar o fluxo de capitais e a alocação da poupança nacional seria decidida no exterior¹⁹.

Contrastando com a defesa anterior de ampla liberalização, os argumentos de regulação e nacionalismo proferidos pelos financistas no Brasil, alguns fantasiosos conforme crítica realizada por Freitas (1999, p. 140), buscavam apoio público para as tentativas de controle do processo de abertura do mercado para a participação estrangeira.

Enquanto tentavam ampliar seu apoio político interno, entre 1997 e 2000, os

maiores bancos brasileiros de varejo, especialmente o Bradesco, o Itaú e o Unibanco, reagiram agressivamente ao ingresso de capital externo no sistema, ganharam posições no mercado e desenvolveram progressivamente a associação de capital com as grandes corporações globais.

A reação de alguns bancos nacionais ao ingresso dos bancos estrangeiros obteve destaque nos jornais em 1999 e 2000, a ser observada em manchetes como “Bradesco fica com clientes de bancos estrangeiros”²⁰ e “Mercado enquadra legião estrangeira: três bancos já jogaram a toalha; os outros precisam crescer para encarar Bradesco e Itaú”²¹.

Tais conquistas alteraram novamente o discurso dos financistas, conforme evidenciado no reposicionamento de Roberto Egydio Setúbal durante o processo de privatização do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA, no final de seu mandato na presidência da FENABAN/FEBRABAN:

Roberto Setúbal não engrossou o coro dos banqueiros brasileiros que saíram a público para defender limites ao avanço das instituições estrangeiras no sistema financeiro nacional. Para Setúbal, que é presidente da Febraban (a federação dos bancos), é preciso ter cuidado com o tema porque o discurso nacionalista pode até prejudicar as instituições brasileiras interessadas em se associar a estrangeiros. “É muito delicado falar em qualquer regulamentação nesse sentido”, diz Setúbal. “A regulamentação pode ser prejudicial às parcerias e às alianças internacionais dos bancos brasileiros.” (...) “é importante que os bancos brasileiros tenham flexibilidade para fazer alianças com quem bem entender.”²²

¹⁸ Discurso proferido no Seminário *A Nova Estrutura do Sistema Financeiro*, em outubro de 1990, e publicado no periódico Informativo FEBRABAN/FENABAN, na matéria *Os caminhos para a reestruturação do setor*, n. 81, edição de novembro de 1990, p. 05.

¹⁹ Conforme artigo *O risco dos bancos externos*, publicado no Jornal Folha de São Paulo em 21/12/1997, p. 1-15. O mesmo teor observa-se em diversos jornais e revistas na mesma época.

²⁰ Matéria do Jornal Gazeta Mercantil de 08/09/1999, p. B-3.

²¹ Matéria do Jornal Folha de São Paulo de 09/07/2000, p. 2-1.

²² Trecho da reportagem *Setúbal aceita estrangeiros no Banespa* publicada no Jornal Folha de São Paulo em 16/02/2000.

Em poucos anos, os bancos estrangeiros passaram a ocupar quase a metade da direção da FENABAN/FEBRABAN e na virada do século, o discurso da federação financeira altera-se para a aceitação e defesa do ingresso dos bancos estrangeiros, conforme as colocações do novo presidente da entidade Gabriel Jorge Ferreira:

O potencial de crescimento do sistema bancário brasileiro é enorme, seja pela possibilidade de expansão do crédito, onde

merece destaque o aumento do crédito imobiliário, seja pelo aumento da população “bancarizável” (crescimento da renda per capita). Dessa forma, tanto os bancos privados nacionais quanto os estrangeiros, têm um grande mercado a ser explorado.²³

O quadro a seguir demonstra a intensidade dessa dinâmica através das alterações societárias ocorridas nos três maiores conglomerados privados do país entre 1996 e 2002:

Quadro 03: Incorporações, fusões e aquisições realizadas pelos bancos Bradesco, Itaú, e Unibanco entre 1996 e 2002

Bradesco	Itaú	Unibanco
1998 Banco de Crédito Nacional S.A. Banco de Crédito Real de MG. S.A. Banco Itabanco S.A. BCR - Banco de Crédito Real S.A.	1996 Banco Planibanc S/A Banco Francês e Brasileiro S/A	1996 Banco Nacional S.A.
1999 Continental Banco S.A. Banco do Estado da Bahia S.A..	1997 Banco Banerj S.A.	1997 Banco Fininvest S.A.
2000 Banco das Nações S.A. Banco Boavista S.A.	1998 Banco do Estado de Minas Gerais S.A.	1998 Banco Dibens S.A.
2002 Banco do Estado do Amazonas S.A. Banco Mercantil de São Paulo S.A. Banco Finasa S.A. Banco Cidade S.A. Potenza Leasing S.A. Deutsche Bank Invest S.A. (*)	2000 Banco do Estado do Paraná S.A. Banco del Paraná S.A.	2000 Banco Credibanco S.A.
	2001 Banco do Estado de Goiás S.A.	2001 Banco Bandeirantes S.A.
	2002 BBA-Creditanstalt S.A / Fináustria	2002 Banco Fininvest S.A. Banco Investcred S.A.

Fonte: Banco Central – Relatórios Anuais / mês de dezembro – Anexo 1

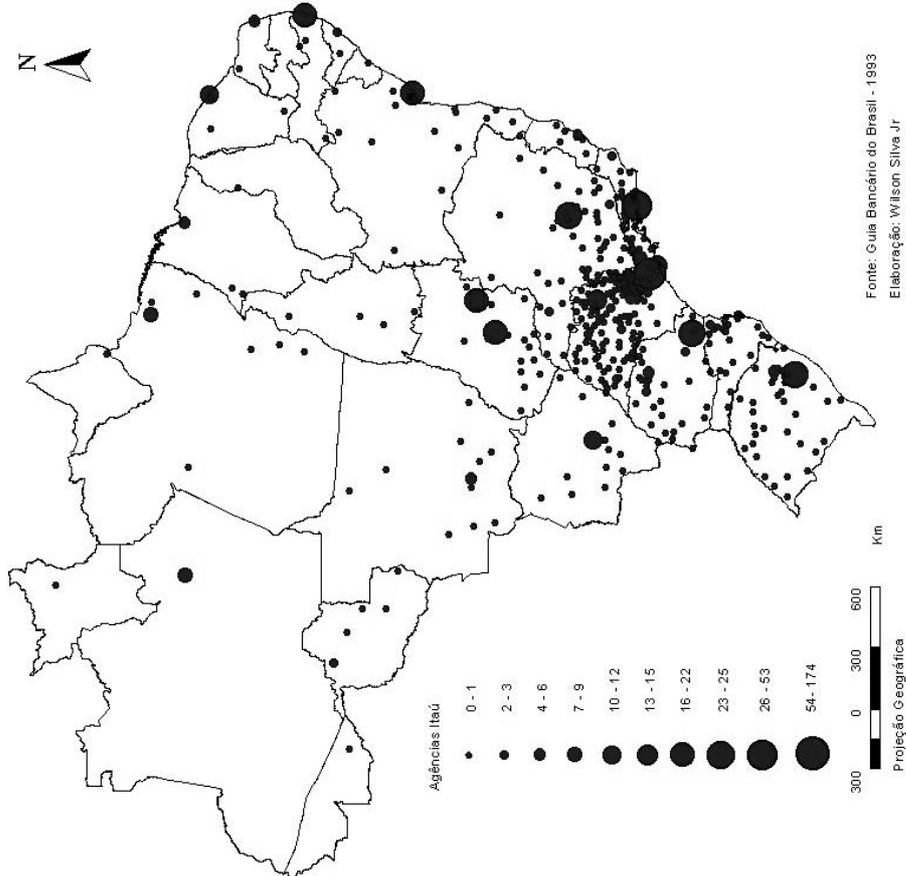
(*)Em janeiro de 2003, o Bradesco adquiriu as filiais do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria - BBVA no Brasil. Em dezembro de 2002 o BBVA ocupava a 16ª posição no ranking por ativos totais dos bancos em operação no Brasil, detinha 1,09% do total de ativos do sistema, tinha 5.907 funcionários e 440 agências.

Elaboração: Ivan Jairo Junckes

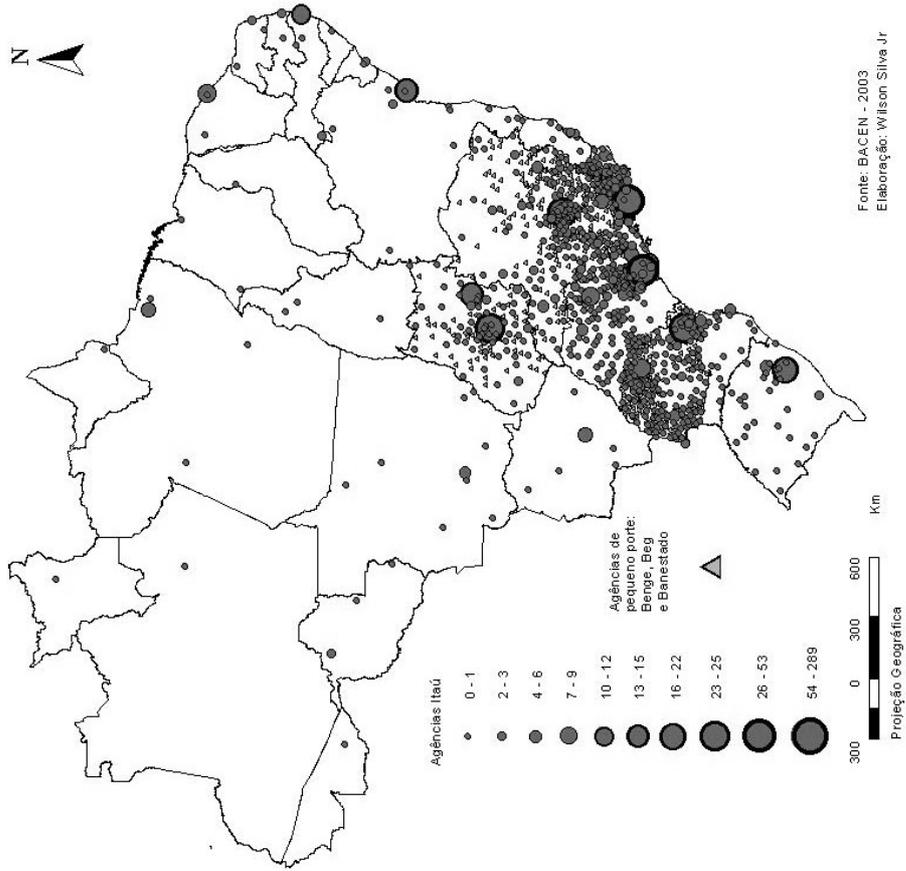
O intenso crescimento orgânico realizado pelos maiores grupos pode ser observado pela evidente expansão da malha de agências do Banco Itaú demonstrada nos mapas a seguir:

²³ Entrevista de Gabriel Jorge Ferreira à revista Fortune em 03/04/2001, disponível em <http://www.fenaban.org.br/arquivo/servicos/imprensa/fortune.asp>, consultado em 26/09/2003.

MAPA 06: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO ITAÚ NO BRASIL - 1993



MAPA 07: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO ITAÚ NO BRASIL - 2003



O crescimento da malha de agências do Banco Itaú, evidenciado nos mapas anteriores, compõe o crescimento da partici-

pação dos três maiores conglomerados, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 04: Participação dos três maiores conglomerados no total de agências do SFN entre 1994 e 2002

	1994	1996	1998	2000	2002	1994 / 2002
Bradesco	1.846	1.895	2.090	2.510	3.401*	+ 84,2 %
Itaú	1.010	1.013	1.673	1.655	2.231	+ 120,8 %
Unibanco	786	714	685	736	906	+ 15,2 %
B + I + U	3.642	3.622	4.448	4.901	6.538	+ 79,5 %
Total Sist.	17.400	16.583	16.002	16.396	17.049	- 0,02 %
B + I + U / TS	20,9 %	21,8 %	27,7 %	29,8 %	38,3 %	+ 83,1 %

* incluem-se as 440 ags do BBVA adquiridas pelo Bradesco em janeiro de 2003

Fonte: BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1998 – Q 10; Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q 10; Relatório Anual de Dezembro de 2000 - Quadro 10; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 6.

Elaboração: Ivan Jairo Juncques

O quadro acima demonstra que os três maiores conglomerados brasileiros aumentaram de 20,9 % para 38,3 % sua participação no total de agências do sistema, o que significa uma ampliação de 83,1 % entre 1994 e 2002. Essas alterações foram determinadas pela concorrência interbancária que impulsionou os maiores bancos de controle de capital nacional para a intensificação da inovação em tecnologia bancária, para a internacionalização de suas operações e para um acentuado crescimento orgânico, através da aquisição favorecida do controle dos bancos públicos que foram leiloadas pelo Banco Central ou ainda através da aquisição ou incorporação parcial daquelas instituições insolventes, ou que evitaram tal situação com a transferência do controle acionário.

Adicionalmente, os maiores conglomerados financeiros nacionais foram amplamente favorecidos pelas políticas monetárias e fiscais de estabilização monetária, especialmente os elevados juros e aumen-

to exponencial do endividamento público, assumido justamente por esses bancos, e realizaram um progressivo avanço sobre setores industriais e de serviços e sobre as demais instituições não bancárias, tal qual os fundos de investimentos e as financeiras, diversificando assim a sua base patrimonial.

Dessa forma, alguns dos maiores bancos nacionais preservaram e ampliaram sua parcela de mercado, reconfigurando suas fronteiras na nova territorialidade do sistema financeiro brasileiro. Habilmente, a elite bancária nacional conjugou fatores internos e externos de favorecimento político-econômico e de concorrência interbancária e integrou-se aos mercados mundiais, subordinando e absorvendo parcelas do mercado interno, ao mesmo tempo em que se condicionava a predominância dos fatores da globalização financeira, especialmente o ingresso dos grandes bancos mundiais.

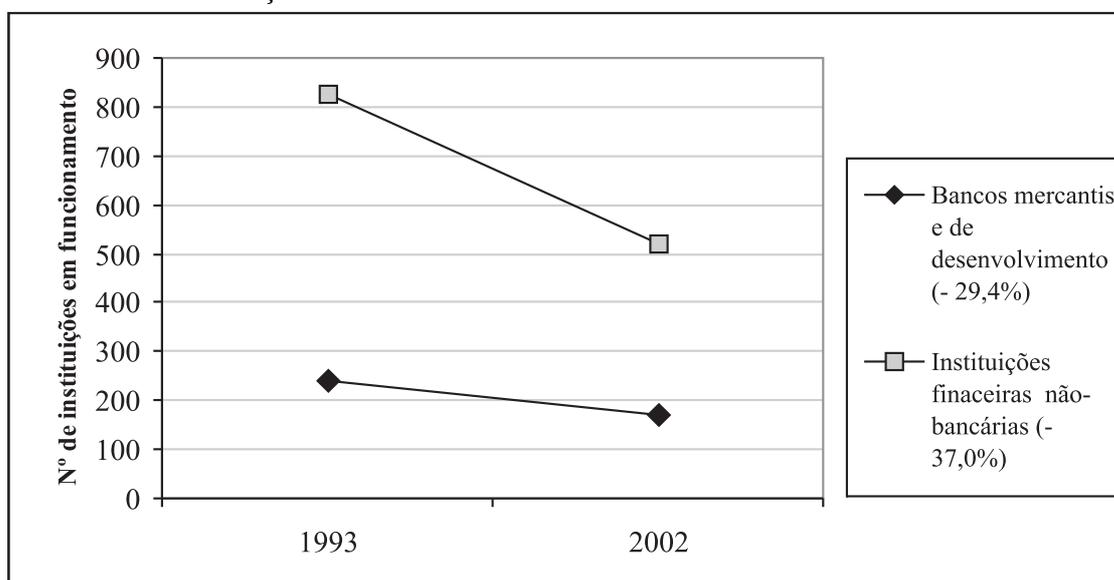
OS NOVOS PARÂMETROS DA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO CAPITAL BANCÁRIO NO BRASIL

O capital financeiro, composto pelos grandes bancos estrangeiros e pelos sobreviventes nacionais, selecionou espaços favoráveis à sua reprodução e estabeleceu seus fluxos entre as cidades que lhes proporcionaram melhores condições de interconexão aos mecanismos globais de acumulação de riquezas. Esses movimentos implicam um novo perfil do sistema bancário brasileiro caracterizado pela concentração de capital, pela centralização da capilarização direta e intensificação da capilarização indireta que afetam diretamente a organização primária do trabalho bancário.

A concentração de capital financeiro no

período pós-Real pode ser observada tanto pela redução do número de instituições bancárias e não-bancárias no sistema financeiro, entre 1993 e 2002, quanto pelo crescimento qualitativo dos bancos que ocupam o topo do ranking bancário, ou seja, a concentração como um movimento de expansão intensiva que agregou aos maiores bancos em operação os espaços deixados por aqueles que encerraram suas atividades. O resultado dessa dinâmica de concentração foi a redução de 241 para 170, menos 29,4%, no número de bancos mercantis e de desenvolvimento em operação e de 824 para 519, menos 37,0%, no número de bancos de investimento, corretoras, distribuidoras, financeiras, empresas de leasing, sociedade de crédito imobiliário e de poupança e empréstimos no período, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 03: instituições financeiras em funcionamento no SFN entre 1993 e 2002



Fonte: Bacen / Relatório Anual – Base de Dezembro 2002 - Quadro 1

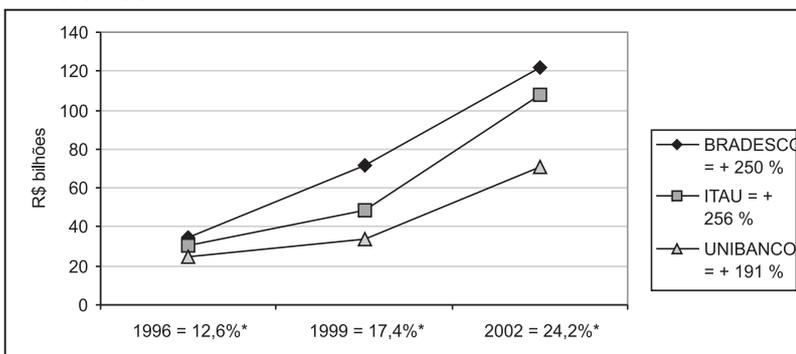
Elaboração: Ivan Jairo Junckes

A redução no número das instituições financeiras complementa-se, necessariamente, com a segunda face da concentração que se revela na distribuição qualitativa da participação daquelas instituições que permanecem no sistema. O crescimen-

to das instituições que já ocupavam as primeiras posições no ranking dos bancos na época do Plano Real é evidenciado pela elevadíssima variação dos ativos totais dos três maiores conglomerados financeiros privados de controle nacional e sua parti-

cipação por ativos totais no sistema financeiro nacional entre 1996 e 2002. O Bradesco, o Itaú e o Unibanco tiveram, juntos, sua participação no sistema duplicada nesse período, passando de 12,6% para 24,2%, alcançando quase um quarto de todos os ativos totais do sistema²⁴, conforme o gráfico ao lado:

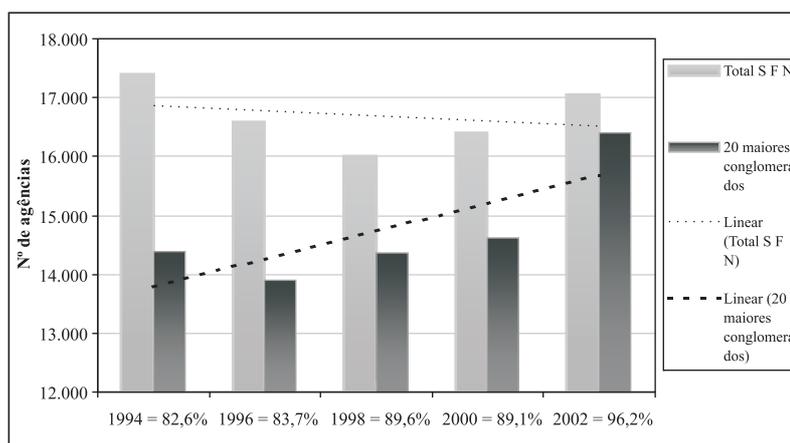
Gráfico 04: Crescimento da participação dos três maiores conglomerados privados nacionais no SFN por ativos totais entre 1996 e 2002



Fonte: Relatórios do BACEN * Soma da participação relativa das três instituições.
Elaboração: Ivan Jairo Junckes

Outro indicador significativo da concentração bancária no sistema financeiro é a alteração de 82,64 % para 96,22 % do total de agências do sistema bancário concentrado entre os 20 maiores conglomerados entre 1994 e 2002, respectivamente. Enquanto o número total de agências no sistema permaneceu relativamente estável, de 17.400 passou para 17.049, o aumento entre os 20 maiores conglomerados foi de 2.024 agências, passando de 14.381 para 16.405, demonstrado no gráfico ao lado:

Gráfico 05: Participação dos 20 maiores conglomerados bancários no total de agências do SFN entre 1994 e 2002



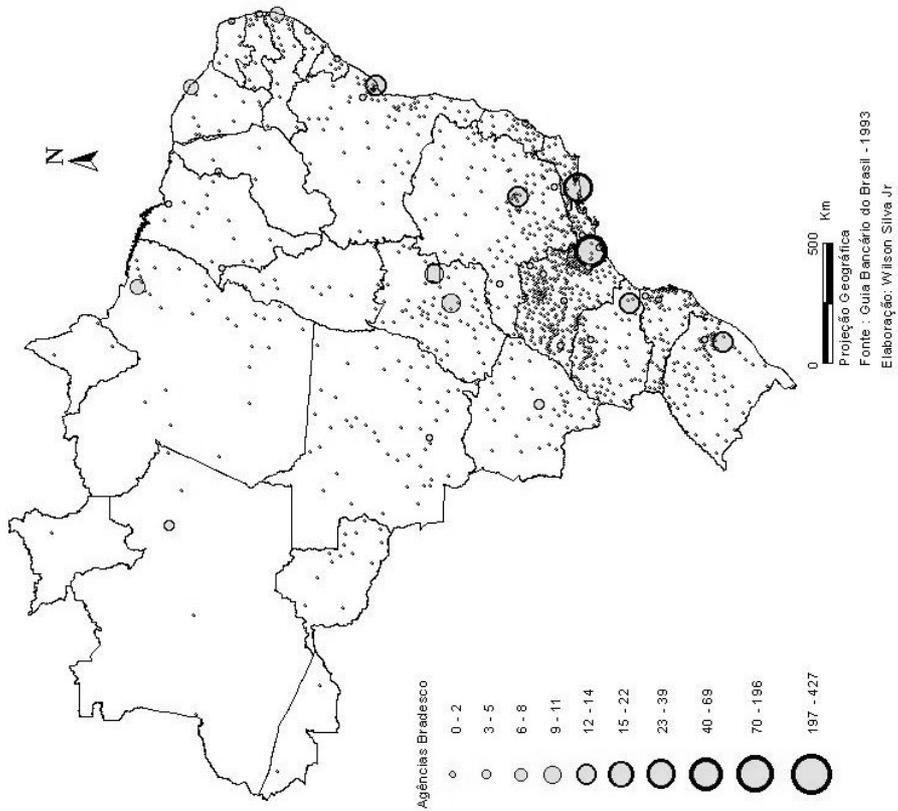
Fonte: BACEN: Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1998 - Q 10; Relatório Semestral do Mês de Dezembro de 1999 - Q 10; Relatório Anual de Dezembro de 2000 - Quadro 10; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 6.
Elaboração: Ivan Jairo Junckes

Além da concentração de capital e da centralização das agências em um número cada vez menor de bancos, outro resultado expressivo e complementar das alterações ocorridas no sistema financeiro no período pós-Real foi a intensificação da metropolização da rede de agências ban-

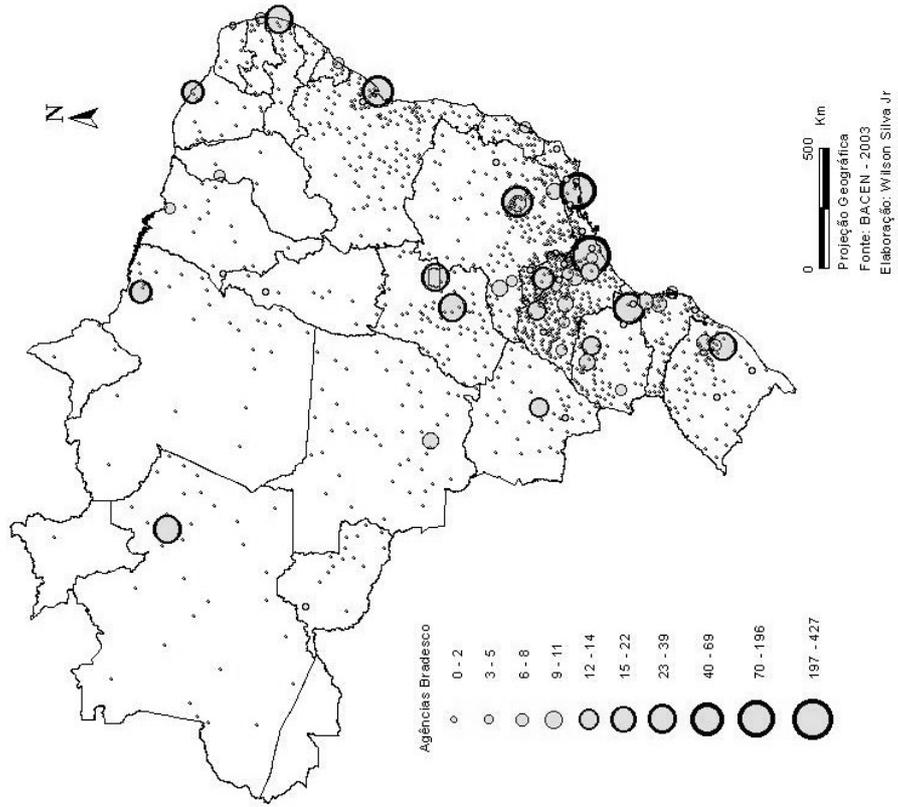
cárias do sistema, especialmente em São Paulo, como pode ser percebido, além dos mapas 06 e 07 referentes à rede de agências do Banco Itaú, e também nos mapas referente à rede de agências do maior banco comercial de varejo em atuação no Brasil, o Banco Bradesco:

²⁴ No período, 1996-2002, os ativos totais do sistema passaram de R\$ 700,2 bilhões para R\$ 1.231,0 bilhões, variando portanto + 75%.

MAPA 08: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO BANCO BRADESCO NO BRASIL - 1993



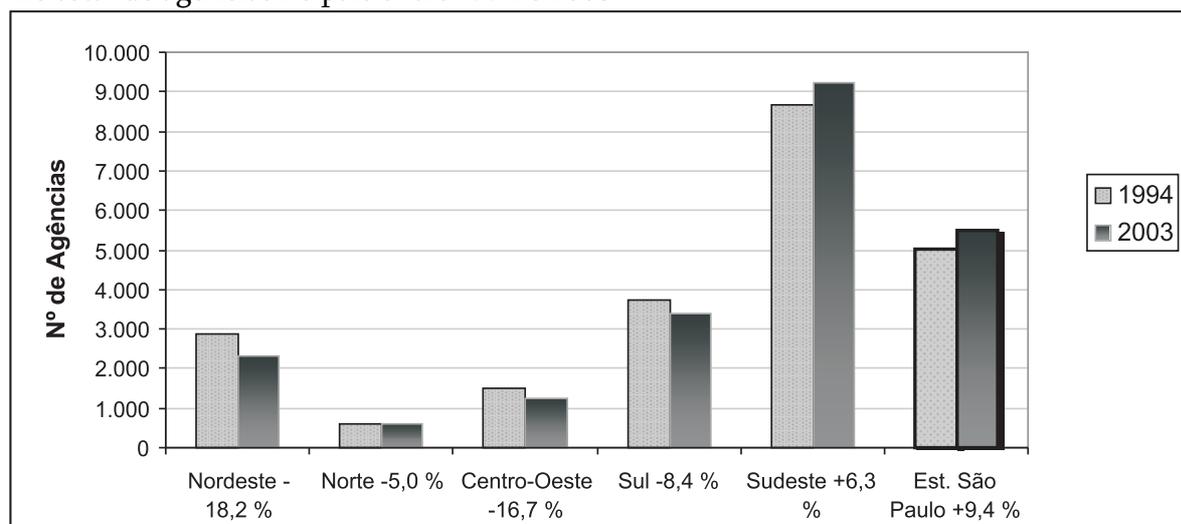
MAPA 09: ESPACIALIDADE DAS AGÊNCIAS DO CONGLOMERADO BRADESCO NO BRASIL - 2003



Conforme evidenciado nos mapas anteriores, o Banco Bradesco e o Banco Itaú apresentam intensa expansão nas regiões metropolitanas e também aumentam as suas redes de agências nas demais regiões devido à intensa aquisição de outras instituições nos anos noventa. Entretanto, essa dinâmica não corresponde ao conjunto do sistema que apresenta retração da capilarização direta e concentração de unidades centrais, ampliando assim a metropolização já observada nos maiores conglomerados. Em dezembro de 2002, 88% do total das instituições financeiras estavam sediadas nas regiões sul e sudeste, e somente a região metropolitana de São Paulo respondia por 80 % das sedes dos

conglomerados privados, incluídos entre as 50 maiores instituições por ativos totais em operação no país²⁵. Essa centralização da direção corporativa financeira é reforçada pelo crescimento do número total de agências no Estado de São Paulo, de tal forma que a sua participação no total de agências do país no sistema passa de 28,8% para 32,6% no período²⁶, especialmente na capital, contrastando com o decréscimo generalizado nas demais regiões, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, cuja participação somada dessas regiões caiu de 28,7% para 24,8% no total do sistema. Tal centralização pode ser observada no gráfico a seguir:

Gráfico 06: Distribuição de agências no SFN por região geográfica e sua variação relativa no total de agências no país entre 1994 e 2003



Fonte: Bacen / Relatório semestral dez 1998 - Q1 e Q3 da Atualização mensal de dados – dezembro de 2003.

Elaboração: Ivan Jairo Junckes

A queda no número e na participação no total de agências, especialmente das regiões nordeste e centro-oeste, poderia ser compensada pela ampliação do número de

unidades bancárias avançadas, Posto de Atendimento Bancário – PAB ou Posto Avançado de Atendimento – PAA; entretanto o número de PAB's ou PAA's foi re-

²⁵ Foi considerada a aquisição do BBVA, cuja sede era em Salvador BA, pelo Bradesco em janeiro de 2003. Dados do BACEN: Relatório Anual de Dezembro de 2002 e 50 Maiores Bancos por Ativos Totais, base de dezembro de 2002.

²⁶ O número total de agências bancárias no sistema financeiro passou de 17.400 em dezembro de 1994 para 16.829 em dezembro de 2003, redução de 3,2 % segundo dados do BACEN / Relatório semestral dez 1998 - Q1 e Q3 da Atualização mensal de dados – dezembro de 2003.

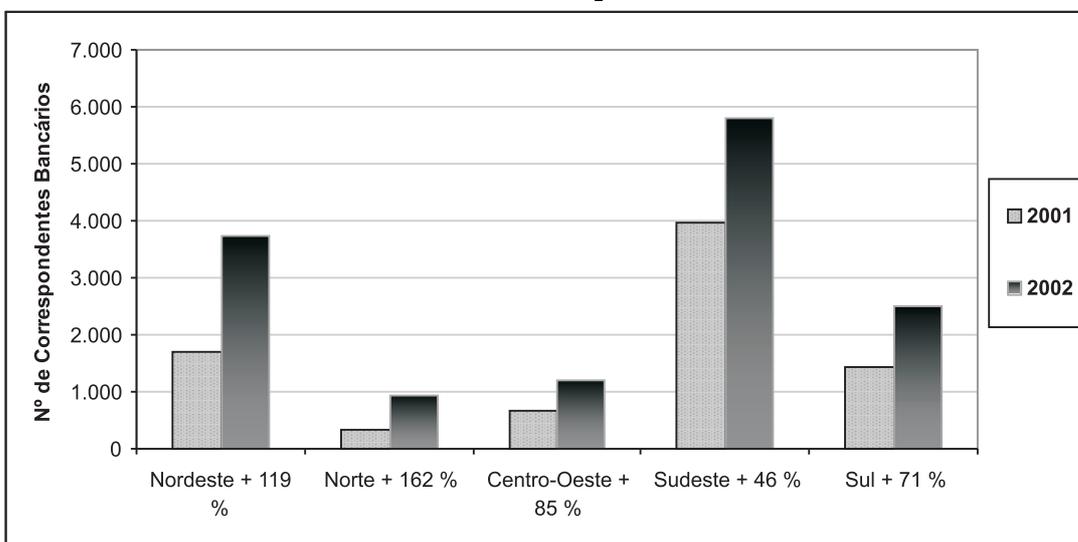
duzido em todas as regiões com uma média de - 21,6 %, passando de 10.125 para 7.937 pontos no país entre dezembro de 1994 e 2001.

Contrastando com a acentuada redução da capilarização bancária direta na maioria das regiões geográficas do país e a consequente redução do trabalho bancário nessas áreas, observam-se dois movimentos de capilarização bancária indireta nos últimos anos com o estabelecimento dos correspondentes bancários e das sociedades cooperativas e associações de microcrédito.

Através dos correspondentes bancários²⁷, os grandes bancos, principalmente o Bradesco e a Caixa Econômica Federal, desenvolveram mecanismos indiretos para atingir estratos sociais de baixa renda, especialmente nas regiões norte e nordeste. Trata-se de um prestador de serviços com ampla capilarização, como os correios ou

as casas lotéricas, contratado ou conveniado com uma instituição bancária, que a partir de 1999 se tornou um recurso de competitividade importante para ampliação de escala e redução de custos de serviços pouco lucrativos para a estrutura dos bancos, especialmente a transferência de trabalho, pois tais unidades iniciam os processos de abertura de contas e empréstimos, realizam análise cadastral, efetuam recebimentos e pagamentos diversos, executam a cobrança de títulos e processam os dados referentes às operações contratadas. A conveniência dessa modalidade de atendimento pode ser dimensionada pelo amplo e rápido crescimento dos correspondentes bancários em todas as regiões do país, passando de números residuais no ano de 2000 para 8.118 correspondentes em 2001 e 14.149 em 2002, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 07: Crescimento do número de Correspondentes Bancários no SFN entre 2001 e 2002



Fonte: BACEN: Relatório Anual de Dezembro de 2001 - Q 11; Relatório Anual de Dezembro de 2002 - Q 11

Elaboração: Ivan Jairo Junckes

O segundo fator de compensação do refluxo da capilarização bancária direta é o crescimento inovador das cooperativas

de crédito e sociedades de microcrédito que em números de estabelecimentos passaram de 877 em dezembro 1993 para 1400

²⁷ O Correspondente Bancário é um instrumento de capilarização bancária indireta, regulamentado desde 1973 pelo BACEN. Porém, somente a partir 1999 foi amplamente implantado e novamente regulado pela Resolução 2.640/99 e 2.707/00 do BACEN.

dez anos após.

Sem vínculo direto com os grandes conglomerados bancários, as cooperativas inicialmente operavam com sérias limitações legais e se estabeleceram nos espaços deixados pelos bancos que encerram suas atividades em pequenos municípios considerados pouco rentáveis. Contudo, nos últimos anos, notadamente a partir de 1999, essas entidades alcançaram escala e conquistaram apoio político para forçar o BACEN a desenvolver esforços para melhorar o tratamento desse segmento. Embora o crescimento numérico do segmento cooperativo seja expressivo, sua participação no total de operações de crédito do sistema ainda é bastante reduzida, representando em dezembro de 2002 apenas 1,77% do total, mesmo tendo crescido 90,32% em relação a dezembro de 1998 quando essa participação era de 0,93%²⁸.

Organizadas em grandes redes de compartilhamento de recursos, as quase 500 novas cooperativas constituem uma experiência que contraria as regras de concentração e centralização do capital entre os grandes conglomerados bancários sediados especialmente em São Paulo. Contudo, a intensificação da espacialidade das unidades bancárias em torno de regiões metropolitanas evidencia a seleção de espaços e a constituição de cidades informacionais impulsionada pelas grandes corporações.

Tal estratégia territorial atende a necessidades de composição de centros de serviços que suportem o dinamismo dos nós das redes de fluxos voltadas às conexões dedicadas a clientes prioritários para a acumulação de capital. Os espaços não atendidos por essa primeira linha de ação são integrados através de mecanismos de atendimento secundário, tais quais os recursos de capilarização indireta do siste-

ma bancário implementados no Brasil na última década.

Dessa forma, a reestruturação financeira analisada aqui cumpriu a função de ordenar a ideologia e as práticas liberalizantes dos anos noventa, evidenciando e ampliando as condições do domínio político de uma fração de classe sobre o conjunto social. Essa reorganização de capitais reconcionou globalmente as relações bancárias brasileiras, intensificou a concorrência interbancária e remodelou os territórios das frações financistas dominantes afetando diretamente as condições gerais de vida, tanto dos trabalhadores integrados ao núcleo dinâmico dessa financeirização mundial, quanto dos alocados em posições marginais ou mesmo desfilados do processo produtivo.

CONCLUSÃO

As combinações das políticas liberalizantes para produzir taxas e cifras de lucro financeiro têm desregulamentado mercados, intensificado exponencialmente a especulação e instaurado urgências políticas que mobilizam recursos em escala global para preservar as condições de acumulação de um reduzido grupo de gestores financistas.

A partir da desnacionalização conservadora ocorrida nos anos noventa no Brasil, os financistas promoveram a realocação de referenciais territoriais para o âmbito corporativo globalizado e sua sujeição aos ditames verticalizados da mundialização financeira. Configurou-se, dessa forma, uma nova territorialidade bancária para o início do século XXI, sustentada por complexos mecanismos de hegemonia incorporados à esfera produtiva, por permissivas coalizões de interesses instauradas junto ao poder político e,

²⁸ Dados do BACEN: Relatório Anual de Dezembro de 2002 Quadro 15.

ainda, por múltiplas redes de comércio ilegais pulverizadas pelo planeta.

Assim o dinheiro e as finanças desconstituem os referenciais territoriais e as materialidades aos quais serviam de representação, tornam-se globais e cibernéticos e resignificam o poder da corrupção constante das regras, tornando-se a própria regra da efemeridade dos contratos e do dilaceramento das forças dispostas nas lutas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDIMA. **Relatório econômico: o sistema financeiro no mercosul**. Rio de Janeiro: ANDIMA, 1999.
- BACEN – Banco Central do Brasil. **Democratização do crédito no Brasil. Nota técnica**. Brasília: BACEN, 2003.
- BANCO BRADESCO - **Relatório Formulário 20-F**. Registrado em 28 de setembro de 2001 junto a *Securities and Exchange Commission* - órgão da Comissão de Bolsas e Valores Mobiliários de Washington, DC, p. 154-162.
- BARROS, José Roberto Mendonça de; e ALMEIDA JÚNIOR, Mansueto Facundo. **Análise do Ajuste do Sistema Financeiro no Brasil**. Brasília: Ministério da Fazenda em maio de 1997. Disponível em www.fazenda.gov.br. Acesso em 21/09/2002.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Igeo/UFRJ, 1982. p. 1 – 21.
- CALDERÓN, Álvaro; e CASILDA, Ramón. La estrategia de los bancos españoles em América Latina. **Revista de la CEPAL**. n. 70, p. 71 - 89. abril, 2000.
- CARVALHO, Fernando Cardim. *The Recent Expansion of Foreign Banks in Brazil*. **Working Paper Centre for Brazilian Studies** - CBS-18-2001. Disponível em <http://www.brazil.ox.ac.uk/index.html>, acesso em 14/07/2005.
- CARVALHO, Carlos Eduardo et al. **Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **The power of identity**. Oxford GB: Blackwell Publishers, 1997.
- _____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CEPAL/ONU – **Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Estudio económico de América Latina y el Caribe 1998 – 1999**. Santiago de Chile: Ed. Sínteses, 1999.
- _____. **Financial globalization and the emerging economies**. Santiago de Chile: ECLAC and International Jacques Maritain Institute, 2000.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- _____. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. **Novos Estudos Cebrap**, n. 52, p. 17-20, novembro 1998 (a).
- _____. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998 (b). p. 249 – 294.
- CONGRESSO NACIONAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico**. Relator Dep. Moroni Torgan. Brasília: Congresso Nacional, novembro, 2000.
- _____. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI PROER destinada a investigar as relações do Banco Central do Brasil – BCB com o sistema financeiro privado**. Relator Dep. Alberto Goldman. Brasília: Congresso Nacional, abril de 2002.
- COCHRANE JUNIOR, Leo Wallace. **Sistema financeiro: panorama e perspectivas**. São Paulo: IBCB, 1991.
- CYSNE, Rubens Penha; e COSTA, Gustavo Silveira da. Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v.51, n. 3, p. 277-412, jul/set, 1997.
- DE PAULA, Fernando Rodrigues. Los determinantes del reciente ingreso de bancos extranjeros a Brasil. **Revista de la CEPAL**, n 79, p. 169-188, abril, 2003.
- FEBRABAN/FENABAN – Federação Brasileira de Associações de Bancos. **Balço social dos bancos, edições dos anos 1993 - 2001**. São Paulo, 1994 - 2002.

FERREIRA, Carlos Kawall L.F., FREITAS, Maria Cristina P. de, SCHWARZ, Gilson. A institucionalidade do sistema monetário e financeiro. **Transformações institucionais dos sistemas financeiros – um estudo comparado**. São Paulo: Fundap / Fapesp, 1998. p. 147 – 176.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Abertura do sistema bancário brasileiro ao capital estrangeiro**. São Paulo: Fundap : Fapesp, Brasília: IPEA, 1999.

_____. **A ampliação recente da participação estrangeira no sistema bancário brasileiro**. 2000. “não publicado”.

FREITAS, Maria Cristina Penido de; e PRATES, Daniela Magalhães. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. **Economia e Sociedade**, n. 11, p. 151-72, dez. 1998.

GUIA BANCÁRIO DO Brasil. **Edição 1993**. São Paulo: Guiatec, 1993.

_____. **Edição 1997**. São Paulo: Guiatec, 1997.

GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. **A mundialização financeira**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998. p. 61 – 96.

HARDT, Michael. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Los limites Del capitalismo y la teoria marxista**. Ciudad Del México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HILFERDING, Rudolf. **El capital financiero y las clases sociales**. Madrid: Ed. Tecnos, 1973.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar - PNAD 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. **Sindicatos: indicadores sociais 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. **International Capital Markets – developments, prospects, and key policy issues**. Washington: IMF/PS, 2000.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro-São Paulo: Anpocs-Espaço e Tempo, 1988.

_____. El discurso empresarial em Brasil: tienen la palabra los señores banqueros. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 57, n. 4, outubro 1995, p. 95 – 133.

_____. Elites Financeiras, Sistema Financeiro e Governo FHC. **No Fio da Navalha – Crítica das Reformas Neoliberais de FHC**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998. p. 165-199.

_____. Grupos financeiros e associações de classe do sistema financeiro. **O Estado Brasileiro: Agências e agentes**. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005, p. 159-178.

MINTZ, Beth e SCHWARTZ, Michael. **The power structure of american business**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

MIZRUCHI, Mark S., e STEARNS, Linda Brewster. Money, banking, and financial markets. **The handbook of economic sociology**. Princeton NJ: Princeton University Press, 1994. p. 1 – 21.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

PRATES, Daniela Magalhães. Investimentos de portfólio no mercado financeiro doméstico, **Abertura do sistema financeiro no Brasil nos anos 90**. São Paulo: Fundap/Fapesp; Brasília: IPEA, 1999. p. 17 – 60.

PRZEWORSKI, Adan. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PUGA, Fernando Pimentel. Sistema Financeiro Brasileiro - Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial. **Texto para discussão 68**. Rio de Janeiro: BNDES, março de 1999. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/td.asp>, acesso em 02/10/2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

ROCHA, Fernando Alberto G. S. de C. **Desnacionalização Bancária no Brasil (1997 – 2000)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia - IE, UNICAMP, Campinas.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: University Press, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001 (a).

SENADO FEDERAL. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bancos**. Relator: Sen. João Alberto. Brasília: Congresso Nacional, 1999. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/pls/prodasen>, Acesso em 22/09/2003.

VIDOTTO, Carlos Augusto. Protecionismo e abertura no setor bancário brasileiro: o sentido da metamorfose regulatória. **Revista pesquisa e debate**, v. 10, n. 1 (15), p. 77-102. 1999.

_____. **O sistema financeiro brasileiro nos anos noventa, um balanço das mudanças estruturais**. 2002. Tese (Doutorado em Economia)- Programa de Pós-graduação em Economia - IE. UNICAMP, Campinas. WORLD BANK. **Global development finance striving for stability in development finance**. Washington DC: World Bank, 2003.

(Recebido em 12/04/2007 e aceito para publicação em 09/06/2007)